


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO: FAGEN41008	COMPONENTE CURRICULAR: Tópicos Especiais em Gestão Pública	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE: Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional - PPGGO	ÁREA(S) DE CONCENTRAÇÃO: Gestão Pública	
CARGA HORÁRIA: 30 horas	CRÉDITOS: 2	TIPO: Eletiva

1. OBJETIVOS

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de compreender o papel do Estado na economia e suas implicações para as finanças públicas, problematizando teorias e conceitos utilizados pelo pensamento dominante nos diversos campos da área de finanças públicas, tais como os de orçamento, gastos, tributação, dívida e déficit. Buscar identificar fraquezas, limitações e natureza das distintas formulações e compreender a estrutura conceitual que envolve a participação do Legislativo no atendimento da demanda de bens e serviços públicos.

2. EMENTA

Teoria do gasto público. Teoria, natureza e doutrina orçamentária. O sistema de planejamento e orçamento. Processo de elaboração e classificações orçamentárias. Fiscalização orçamentária e financeira. Política fiscal e controle do gasto público. Responsabilidade fiscal. Processo orçamentário brasileiro. Atualidades sobre o orçamento público brasileiro.

3. PROGRAMA
1. ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

- a) Teoria do gasto público
- b) Equidade e eficiência na ação do Estado
- c) As falhas de mercado, monopólios naturais e a intervenção do governo
- d) Crescimento do gasto público

2. PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

- a) Evolução histórica
- b) Teoria, natureza e doutrina orçamentária
- c) O sistema de planejamento e orçamento na Constituição de 1988
- d) Processo de elaboração e classificações orçamentárias
- e) A execução orçamentária e financeira da despesa
- f) Fiscalização orçamentária e financeira
- g) Política fiscal e controle do gasto público
- h) Responsabilidade fiscal
- i) Processo orçamentário brasileiro: o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais

3. TEMAS ESPECIAIS

- a) O sistema tributário brasileiro
- b) A crise da previdência social
- c) A parceria público-privada
- d) A discricionariedade do Executivo na execução do Orçamento
- e) Responsabilidade Fiscal e o Processo Legislativo Orçamentário
- f) Dívida pública no Brasil
- g) Falhas e pontos fracos do Sistema de Planejamento e Orçamento
- h) Destinação de recursos públicos para o setor privado
- i) Qualidade do gasto público
- j) A Despesa de pessoal
- k) A corrupção e o desvio de recursos públicos
- l) Lobbies institucionais e outras influências políticas no processo orçamentário
- m) Gestão orçamentária democrática e participativa
- n) Rigidez orçamentária

4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, José Roberto Rodrigues. Memória da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88: as finanças públicas. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, p. 21-48, jun. 1999.

- ALBUQUERQUE, Claudiano, MEDEIROS, Márcio e FEIJÓ, Paulo Henrique. *Gestão de Finanças Públicas*. Brasília: Editora Gestão Pública, 2008.
- ALSTON, Lee; MELO, Marcus; MUELLER, Bernardo; PEREIRA, Carlos. *Who Decides on Public Expenditures? A Political Economy Analysis of the Budgetary Process: The Case of Brazil*. Série de Estudos Econômicos e Sociais. Washington, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005. Disponível em: <<http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/events-documents/2075.pdf>>. Acesso em 16-10-2013.
- ANDRADE, Adriano Mello. A influência da lei de responsabilidade fiscal na contabilidade pública dos municípios brasileiros. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 5, p. e25349-e25349, 2021.
- AZEVEDO, R. R. et al. O orçamento participativo e a dinâmica orçamentária no setor público. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 16, p. e193141-e193141, 2022.
- BARZELAY, Michael. The Process Dynamics of Public Management Policy-Making, *International Public Management Journal* 6(3): 251-81, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social.
- BRAVO, MIS; MATOS, MC; FREIRE, SM Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando, p. 103-121, 2020.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento para 2014*. Brasília: 2013.
- CARVALHO, José Carlos Jacob de. PINHEIRO, Maurício M. Saboya. PÊGO FILHO, Bolívar. BIZARRIA, José Hamilton de O. *Finanças públicas brasileira: algumas questões e desafios no curto e no médio prazos*. Texto de Discussão 977. IPEA. Brasília, agosto de 2003.
- CIROLINI, Bruna Ziebell et al. Orçamento Impositivo: um Olhar Reflexivo Acerca de sua Aplicação no Âmbito Municipal. *UFAM Business Review-UFAMBR*, v. 4, n. 2, p. 23-48, 2022.
- COSTA, Franselmo Araújo e Hélio Martins TOLLINI. Vinculações das receitas orçamentárias: teoria e prática. In: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando FACURY (Orgs.). *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- CUADRADO-BALLESTEROS, Beatriz; BISOGNO, Marco. Budget transparency and financial sustainability. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 34, n. 6, p. 210-234, 2022.
- GIAMBIAGI, Fábio, e ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.
- GONTIJO, Vander. *Lei de diretrizes orçamentárias: oportunismos e comodismos*. Monografia para obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica do Orçamento. Brasília, Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, maio de 2014.
- GOULARTE, Jeferson Luis Lopes; CAPPELLARI, Gabriela; MINELLI, Leonardo. Análise de indicadores financeiros e orçamentários dos municípios com melhor classificação no IGMA 2021. *Contabilometria*, v. 10, n. 02, 2023.
- JACINTHO, Jussara Maria Moreno. *A Participação Popular e o Processo Orçamentário*. São Paulo: LED, 2000.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, no 26, jun/dez 2003. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF.
- LIMA, R.P.; BEZERRA, F.A. Gestão fiscal e a eficiência do gasto público em educação e saúde nos estados brasileiros. *Revista do Serviço Público*, v. 73, n. 2, 2022.
- MACIEL, Ana Maria Heinrichs et al. Evolução da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma análise nos municípios da região sul do Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, p. e52610212865-e52610212865, 2021.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo. *Princípios de Finanças Públicas: Teoria e questões comentadas*. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.
- NOBLAT, P. L. D.; BARCELOS, C. L. K.; SOUZA, B. C. G. de. *Elaboração e Execução de Orçamento Público*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2007.
- NUNES, Selene Peres. *A Reforma do Processo Orçamentário sob a Égide da LRF: a urgência de uma nova lei de finanças públicas*. Brasília: ESAF, 2006.
- OECD/PUMA. *OECD Best Practices for Budget Transparency*. Paris: OCDE, 2001.

- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. A Economia Política das Finanças Públicas no Brasil, São Paulo: Hucitec, 2009.
- PEREIRA, Carlos e Bernardo MUELLER. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, no2, 2002, pp. 265 a 301. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 10/10/2013.
- PEREIRA, J. Matias. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 5a Ed. São Paulo. Atlas S.A. 2010.
- REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- SANCHES, Osvaldo. A Atuação do Poder Legislativo no Orçamento: Problemas e Imperativos de um Novo Modelo. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 35, n. 138, p. 5-23, jun. 1998.
- SANTOS, Núbia Cristina Barbosa; GASPARINI, Carlos Eduardo. Orçamento impositivo e relação entre poderes no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 339-396, 2020.
- SCHICK, Allen. The Role of Fiscal Rules in Budgeting. IN: OECD Journal on Budgeting, v. 3, no 3, OECD, 2003.
- SCHNEIDER, Aaron. Conflito Político e Instituições Orçamentárias: aprofundando a democracia no Brasil. Rev. Sociologia Política, no 24, Curitiba, Junho 2005.

5. APROVAÇÃO

ANTONIO SÉRGIO TORRES PENEDO

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional

Portaria 5891/2022

Disciplina aprovada em 05 de outubro de 2023 pelo Colegiado do PPGGO, conforme processo SEI 23117.057282/2023-18, ata de reunião (documento 4719800).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Torres Penedo, Coordenador(a)**, em 24/10/2023, às 07:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4909431** e o código CRC **535A7B40**.